

## **9.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**

**Ponta Delgada, 29 de Março de 2007**

### **Painel – “Arquivos e reestruturação da Administração Pública”**

Moderadores: Miguel Infante e Pedro Penteadó

Oradores: Maria João Pires de Lima (Arquivo Distrital do Porto), Rui Ferreira da Silva, (representante do Ministério da Cultura no PRACE), Isabel Silva (Secretaria-geral do Ministério da Economia e Inovação) e Madalena Bobone (em nome de Carlos Palma, da Secretaria-geral do Ministério da Administração Interna.

### **Conclusões<sup>1</sup>**

As apresentações dos oradores convidados e o debate que se seguiu, no painel com o título em epígrafe, permitiram apurar as seguintes conclusões:

1. A conjuntura actual deve ser encarada pelos arquivistas e profissionais de Informação-Documentação (I-D) como um contexto em que as ameaças existentes têm de ser transformadas em oportunidades;
2. Deve ser feito um esforço para alargar a sensibilização dos gestores de topo dos organismos públicos para o trabalho que deve ser feito na gestão dos arquivos para garantir o acesso continuado aos seus recursos informacionais. Esta sensibilização deve demonstrar os custos–benefícios do processo, tendo os gestores intermédios um papel importante a este nível.
3. Do ponto de vista dos valores, a mudança deve assentar na ideia que os arquivos não são apenas Cultura, mas possuem importantes recursos informacionais de grande utilidade para a tomada de decisão nas administrações.
4. O órgão de coordenação da política nacional de arquivos expressou, de forma clara, a sua visão para os arquivos da Administração Central do Estado (ACE), bem como a meta, a estratégia e as prioridades que considera adequadas para a atingir, em diálogo com as Secretarias-gerais dos ministérios. Entre essas prioridades está o estabelecimento de diagnósticos da situação dos arquivos em cada Ministério, o mais rápido possível.
5. Os recursos humanos para desencadear o processo de intervenção nos arquivos dos constituem um dos principais problemas, sendo necessário reforçar

---

<sup>1</sup> Baseado na síntese apresentada por Pedro Penteadó no final do painel.

quantitativamente o número de pessoas a trabalhar na área e, no quadro actual das dificuldades de recrutamento de arquivistas, qualificar e alargar as competências dos técnicos que estão ou estarão no “terreno das operações”.

6. O recurso tempo é crítico, devendo haver a consciência que quanto mais o processo de transferência e tratamento dos arquivos dos organismos afectados pela reestruturação se arrastar, mais riscos de perda de informação existem, e que há prazos de resposta a ter em conta, nomeadamente nos casos de extinção de serviços.
7. A tendência para o outsourcing de serviços arquivísticos implica riscos que é necessário evitar, devendo a nova Direcção Geral de Arquivos (DGARQ) produzir este ano um documento para ajudar a definir requisitos a ter em conta neste contexto, que possa ajudar a melhorar a prestação das empresas que trabalham com a ACE, de acordo com os padrões e de qualidade que esta deve respeitar.
8. Deve manter-se e alargar-se o nível de comunicação entre a DGARQ e as Secretarias-gerais, entre estas e os organismos que pertencem ao respectivo ministério, bem como entre outros nós desta rede.
9. Todos os organismos referidos e os profissionais de I-D, em parceria, devem constituir-se como uma força de pressão para que a correcta mudança dos arquivos das entidades afectadas ou a sua qualificação seja um processo sem retrocessos, feito com a cabeça e ... com o coração.

Ponta Delgada-Lisboa, 29 de Março de 2007